

PALAVRA MÍNIMA EM PORTUGUÊS EUROPEU: A ORALIZAÇÃO DE ABREVIACÕES

João VELOSO*

- **RESUMO:** Entre as restrições fonológicas a que qualquer cadeia fonética está obrigatoriamente sujeita para poder ser aceite como uma palavra da língua conta-se a Condição de Minimalidade (CM), que impõe uma quantidade mínima de material fonológico que deve ser contido por qualquer palavra. A CM costuma ser medida em termos de peso silábico ou de extensão silábica. Sendo discutível se se trata de uma restrição verdadeiramente universal, estudos anteriores relativos ao português têm-se dividido quanto à sua operacionalidade na fonologia desta língua. Neste estudo, avaliaremos a funcionalidade da CM na constituição do léxico do português através da oralização de abreviações, assumida como um processo produtivo em português. A partir de um estudo empírico realizado com um grupo de falantes nativos do português europeu contemporâneo (PEC), propomos (i) que a CM seja uma condição fonológica operacional nesta língua e (ii) que o critério a que ela obedece em PEC seja um critério de ordem puramente linear e segmental. De acordo com a proposta aqui apresentada, respeitam a CM em PEC cadeias com três ou mais segmentos, independentemente do peso silábico ou da extensão silábica.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Condição de Minimalidade. Peso silábico. Palavra. Restrições de Palavridade. Boa Formação.

Introdução

A palavra, como sabemos, é uma das unidades linguísticas de mais difícil definição. Parte importante das dificuldades inerentes à sua definição reside, em primeiro lugar, na falta de critérios formais, objetivos e universais que possibilitem uma identificação clara do conceito e uma divisão de enunciados mais extensos em unidades unanimemente reconhecidas como “palavras”; a esta lacuna acresce a falta de critérios adicionais que nos permitam ainda distinguir e categorizar intrinsecamente, com base em critérios linguisticamente válidos, vários tipos de unidades significativas, como os afixos, as formas clíticas e os grupos clíticos, entre outras. Estudos diversos, oriundos de diferentes épocas e escolas teóricas do pensamento linguístico e focados em línguas

* FLUP/CLUP – Universidade do Porto. Faculdade de Letras – Centro de Linguística. Porto – Portugal. jveloso@letras.up.pt

tipologicamente muito diferentes, têm discutido, em maior ou menor profundidade, esta dificuldade quanto à definição desta unidade tão básica e, ao mesmo tempo, tão *paradoxal* (na medida em que tal dificuldade em consensualizarmos uma definição *técnica* de *palavra*, partilhada o mais transversalmente possível por linguistas originários de diferentes correntes teóricas, contrasta fortemente com a fácil intuibilidade dessa mesma unidade no conhecimento implícito dos falantes). Exemplos de reflexões mais alargadas sobre as dificuldades que rodeiam uma definição linguisticamente satisfatória da palavra, algumas versando esta mesma contradição entre tais dificuldades e a aparente facilidade com que os falantes leigos intuem esta unidade, podem ser encontrados numa vasta literatura, de que aqui salientamos, a título ilustrativo, estudos como, entre outros, Jones (1931), Krámský (1969), Juilland; Roceric (1972), Halle (1973), Aronoff (1976), Bisol (2000; 2004; 2007), Julien (2006), Rosa (2006), Veloso (2009; 2010; 2016), Haspelmath (2011; 2012a,b), Ferreira (2012), Villalva (2012), Mendes (2013), Ulrich (2013), Elordieta (2014) ou Ibarretxe-Antuñano; Mendiivil-Giró (2014).

Entre os requisitos frequentemente invocados como um critério fundamental para se definir a palavra, encontramos a *Condição de Minimalidade* (CM): numa dada língua, uma cadeia fonética será uma boa candidata ao estatuto de *palavra* se e só se, entre outras exigências, contiver um material fonológico mínimo, abaixo do qual não são admitidas unidades classificáveis como palavras (vejam-se, por exemplo, a síntese e a revisão encontradas em MCCARTHY; PRINCE, 1995, p.321-322). Será sobre a CM que nos debruçaremos de forma quase exclusiva no presente estudo.

Em reflexões anteriores sobre o tema (p. ex.: MCCARTHY; PRINCE, 1995, p.320 e seguintes), tem sido discutida a possibilidade de a CM não ser universal: em certas línguas, esta condição poderá não constituir um pré-requisito obrigatório para se reconhecer o estatuto de palavra a uma unidade portadora de significado; por outro lado, a parametrização da CM em cada gramática particular – isto é, a definição de qual o material fonológico mínimo que constitui uma palavra numa dada língua – poderá ainda, segundo múltiplas abordagens (cf., novamente, a discussão em MCCARTHY; PRINCE, 1995, p.320 e seguintes) apresentar variações importantes quando comparamos línguas diferentes.

Relativamente ao português, estudos precedentes oscilam entre a posição que defende que a CM não constitui uma restrição fonológica obrigatória para as palavras da língua e a que, em sentido oposto, postula uma parametrização da CM a que todas as palavras devem obedecer categoricamente:

Em línguas como o Português (na variedade brasileira ou europeia), a possibilidade de encontrarmos palavras como *pé*, *mi* ou *nu*, levou autores como Bisol (2000) e Vigário (2003) a considerar que tal restrição [Restrição de Palavra Mínima] não se encontra operativa nessa língua. Contudo, Vigário (2003, p.159) não deixa de notar que, tendo em conta a lista do *Português Fundamental* [...] que inclui cerca de sete mil formas flexionadas, apenas 138 palavras (lexicais) são monossilábicas,

e destas apenas 28 constituídas por sílaba aberta. Tais baixos valores conduzem Booij (2004) a contrapor que o Português é de facto sensível a restrições de minimalidade, mas que existe um reduzido número de palavras que a violam.

(.....)

Os resultados [do nosso próprio estudo] mostram que a proporção das palavras monomoraicas/monossilábicas em relação aos restantes formatos de palavra é muito maior do que a revelada [por estudos anteriores] [...]. O efectivo uso de formas monomoraicas/monossilábicas aponta, assim, para que *a palavra prosódica no Português (Europeu) não seja de facto sensível a restrições de tamanho mínimo.*"

(VIGÁRIO, MARTINS; FROTA, 2005, p.903, itálico nosso)

Constitui objetivo central do presente trabalho a recolha de evidências que nos permitam uma melhor análise de duas questões específicas e estreitamente inter-relacionadas: **será a CM uma restrição fonológica funcional em português e, se sim, como será ela parametrizada nesta língua?**

A nossa análise cingir-se-á ao português europeu (PE)¹ e apoiar-se-á numa metodologia já seguida em estudos anteriores: a oralização de abreviações ora como siglas, ora como acrónimos.

Usaremos, ao longo do trabalho, os termos “abreviação” e “abreviações” para nos referirmos ao processo e aos produtos de criação de cadeias fonéticas com valor equivalente ao de palavras dicionarizadas, obedecendo a um dos dois processos seguintes² (que não esgotam, em português, todos os processos de abreviação disponíveis):³

(i) *acronímia*: conversão de uma expressão longa numa expressão menos extensa (=“acrónimo”) a partir da combinação de parcelas morfológicamente imotivadas das diversas palavras que compõem a expressão original, dando-se origem a uma cadeia fonética semelhante a uma palavra fonológica (ω) da língua, na medida em que tal cadeia respeita as condições fonotáticas desta e acolhe informação de natureza fonológica,

¹ Por esta razão, recorreremos exclusivamente a siglas e acrónimos correntes na variedade europeia do português e todas as transcrições fonéticas apresentadas tomarão por referência a norma padrão do português europeu contemporâneo (PEC).

² Tendo presente que as abreviações, por um lado, são funcionalmente equivalentes às expressões mais longas que substituem e, por outro lado, que adquirem as propriedades essenciais que caracterizam as palavras morfossintáticas da língua (vd. exemplos e explicações no texto), acabando por ganhar, num elevado número de casos, uma circulação expandida e um significado relativamente bem fixado na comunidade linguística (sendo algumas delas, até, objeto de dicionarização), as abreviações de uso corrente serão aqui assumidas, em termos de processamento, como verdadeiras entradas do léxico mental de cada falante. A representação lexical das abreviações estará, naturalmente, sujeita à extrema variabilidade registada sempre que se toma em consideração e se procede à comparação entre léxicos individuais. A este propósito, cf. ainda Correia; emos (2005, p.45-46).

³ Vejam-se, entre outros, os trabalhos de Araújo (2002), Correia; Lemos (2005, p.44 e seguintes), Villalva (2008, p.52 e seguintes, 58 e seguintes) e Pereira (2013) para descrições mais pormenorizadas dos processos de abreviação (e outros processos não concatenativos) em português e para uma discussão mais elaborada acerca do lugar que estes processos ocupam (ou não) no âmbito dos processos de formação de palavras e, por conseguinte, acerca da propriedade com que tais processos podem ser considerados processos verdadeiramente *morfológicos* na língua.

morfológica, sintática e semântica (acento, categoria lexical, índice temático, morfemas flexionais, género gramatical, significado, etc.). Exemplo: “*Organização das Nações Unidas*” → “*ONU*”=[ɔ'nu]_{ω—Nome_Feminino};

(ii) *siglação*: conversão de uma expressão longa numa expressão menos extensa (=“sigla”) a partir da soletração das letras iniciais de cada palavra lexical que compõe essa expressão, de modo a criar-se um grupo de palavra fonológica (VIGÁRIO;FERNANDES-SVARTMAN, 2010), normalmente equivalente a uma só palavra morfossintática (com todos os atributos desta: género gramatical, categoria lexical, etc.). Exemplo: “*Movimento Democrático das Mulheres*” → “*MDM*”=[['ɛmi]_ω['de]_ω['ɛmi]_ω]_{GPF_Nome_Masculino}.

Na segunda parte do artigo, devotada à apresentação de um estudo de natureza empírica, observaremos o comportamento linguístico de um grupo de sujeitos falantes nativos de PE perante este tipo de cadeias específicas candidatas ao estatuto de palavras na sua língua.

Um grupo de sujeitos falantes nativos monolingues do PE será então confrontado com uma lista de cadeias gráficas⁴ apresentadas como abreviações e inseridas numa série de frases portadoras, sendo-lhes pedido que leiam tal lista. Procuraremos, desta forma, encontrar pistas que nos forneçam informações relevantes acerca do processamento linguístico destes estímulos que, por sua vez, nos conduzam a indícios esclarecedores de como são representadas as condições obrigatoriamente respeitadas pelas palavras da língua – em particular, e se se verificar a sua operacionalidade em PE, a CM – no conhecimento fonológico implícito dos falantes. Para esta opção metodológica, inspirámo-nos sobretudo na via exploratória que é seguida por Plénat (1993) para a investigação da mesma questão relativamente ao francês.

Partindo de todos estes pressupostos e questões basilares, o artigo desenvolver-se-á, subsequentemente, da seguinte forma:

- na secção 2, procederemos a uma revisão de alguns pontos teóricos e descritivos relativos à Condição de Minimalidade e a outras restrições fonológicas, quer a um nível geral, quer analisando a sua relevância mais particularizada para a descrição fonológica do português;

- de seguida (secção 3), discutiremos a relevância da principal metodologia seguida no estudo empírico – a oralização de abreviações – para a avaliação da Condição de Minimalidade, em interação com outras condições fonológicas, enquanto restrição determinante da boa formação das palavras;

- um estudo empírico, baseado numa tarefa experimental com dados e informantes do português europeu contemporâneo, será apresentado na secção 4 do trabalho, que finalizará com um apartado dedicado às observações finais (secção 5).

⁴ Conforme referido por alguns autores como os citados na nota 3, em línguas dotadas de sistemas de escrita alfabética fortemente codificados, como é o caso do português, estes processos de abreviação assentam frequentemente nas representações gráficas das palavras e das expressões mais extensas em que elas se combinam para formarem o respetivo *input*.

Restrições fonológicas a que estão obrigatoriamente sujeitas as palavras da língua

Como afirmámos na Introdução, o levantamento exaustivo e a definição rigorosa dos critérios exclusivamente linguísticos que nos permitam uma definição, identificação e delimitação de palavras enquanto unidades linguísticas, mesmo nas línguas flexionais como o português, constitui um desafio que tem suscitado respostas divergentes.

Trabalhos como os acima citados a este mesmo respeito têm tentado, entre outros objetivos, identificar as condições de palavridade (seguindo aqui a tradução portuguesa encontrada, p. ex., em Ulrich (2013), para *aswordhood conditions* de que nos falamos, entre outros, ARONOFF; FUDEMAN, 2005, p.36-38), graças às quais se torna possível, pelo menos em parte, atribuir ou negar a determinadas cadeias fonéticas o estatuto de palavra numa dada língua.

As condições de palavridade, com efeito, repartem-se pelos vários domínios centrais da gramática (fonologia, morfologia e sintaxe, nomeadamente). Neste trabalho, contudo, e conforme já foi referido, não nos ocuparemos de todas essas dimensões dos pré-requisitos para a legitimação da palavra, pois concentrar-nos-emos de forma muito deliberada e atenta, conforme anunciámos mais acima, na *Condição de Minimalidade*.

A Condição de Minimalidade: formulação geral

De acordo com o já exposto, a CM é a restrição fonológica que, em interação com outras, impõe uma quantidade mínima de material fonológico para que uma cadeia fonética possa ser admitida como uma palavra da língua. Sendo passível de parametrização particular em cada língua, assumimos à partida, como formulação geral da CM válida para um grande conjunto de línguas do mundo, a generalização encontrada em (1),⁵ baseada em McCarthy e Prince, 1995, p.321-322).⁶

(1). Formulação genérica da CONDIÇÃO DE MINIMALIDADE (McCARTHY; PRINCE, 1995, p.321-322)

(1a). Nas **línguas COM oposições quantitativas**: a palavra mínima deve conter pelo menos uma sílaba pesada.

(1b). Nas **línguas SEM oposições quantitativas**: a palavra mínima deve conter pelo menos duas sílabas.

⁵ Esta formulação – apresentada, no nosso texto e em diversas outras fontes, como genérica – não recebe o consenso de todos os autores, naturalmente. Vigário, Martins e Frota (2005), p. ex., contam-se entre aqueles que a problematizam.

⁶ Trecho original: “*In quantity-sensitive languages, which distinguish syllable weight, the minimal word is bimoraic; in quantity-insensitive languages, all syllables are presumptively monomoraic, and so the minimal word is disyllabic.*” (McCARTHY; PRINCE, 1995, p.321-322).

A Condição de Minimalidade em português

Na presente secção, passaremos à discussão da questão específica de como a CM é respeitada (ou não) pela fonologia do PE.

Sendo o português uma língua sem oposições quantitativas, esperar-se-ia, de acordo com o postulado de McCarthy e Prince (1995) referido em (1) (vd. (1b)), que todas as palavras da língua correspondessem, no mínimo, a duas sílabas.

O léxico contemporâneo do PE admite, contudo, um número não absolutamente desprezível de palavras monossilábicas. Além de um elevado número de formas clíticas,⁷ dispomos em PE de várias palavras lexicais monossilábicas, conforme exemplificado no Quadro 1. Por razões que mais à frente se tornarão mais claras, as palavras do Quadro 1 encontram-se divididas entre aquelas que correspondem a monossílabos *leves* (com rima não ramificada) e as que são constituídas por monossílabos *pesados* (com rima ramificada, de acordo com as diversas possibilidades prosódicas e morfológicas admitidas nas três colunas da direita do próprio quadro).

Quadro 1 – Exemplos de palavras monossilábicas em português⁸

Monossílabos <i>leves</i>		Monossílabos <i>pesados</i>		
		Núcleo ramificado	Coda segmentalmente preenchida	Núcleo ramificado + Coda segmentalmente preenchida (/S/ lexical)
<i>é</i>	<i>pá</i>	<i>rei</i>	<i>três</i>	<i>dois</i>
<i>pé</i>	<i>sé</i>	<i>pau</i>	<i>mal</i>	<i>pois</i>
<i>dó</i>	<i>pó</i>	<i>boi</i>	<i>mar</i>	
<i>ré</i>	<i>há</i>	<i>mau</i>	<i>cal</i>	
<i>mi</i>	<i>fê</i>	<i>sei</i>	<i>cor</i>	
<i>fá</i>	<i>dá</i>	<i>sou</i>	<i>faz</i>	
<i>lá</i>	<i>cá</i>	<i>teu</i>	<i>par</i>	
<i>si</i>	<i>tu</i>	<i>céu</i>	<i>ter</i>	
	<i>nu</i>	<i>nau</i>	<i>sul</i>	
		<i>lei</i>	<i>sal</i>	

Fonte: elaboração própria.

⁷ O estatuto especial dos clíticos enquanto verdadeiras “palavras” tem sido objeto de discussão em inúmeros estudos relativos ao português e a outras línguas. Vejam-se, entre outros, os seguintes trabalhos, abrangendo um número considerável de línguas: Vigário (1998; 2003; 2007); Nespor (1999); Van Oostendorp (1999); Van Riemsdijk (Org., 1999); Vogel (1999); Ennaji (2000); Sadiqi (2000); Gerlach; Grijzenhout (Org., 2000); Bisol (2004); Nespor; Vogel (2007); Gori (2007); Ferreira (2012); Veloso (2012; 2013; 2016). Dada a sua especificidade, e devido à necessidade de circunscrevermos o objeto de estudo do presente trabalho, não nos ocuparemos aqui dos clíticos nem da sua relação com a CM em português.

⁸ OBS.: 1. Incluímos neste quadro como “palavras” formas verbais e nominais flexionadas. 2. Não são incluídas, nos exemplos com coda segmentalmente preenchida, formas nominais flexionadas no plural, em que a fricativa final não é lexical. 3. Assumimos os ditongos decrescentes como casos de núcleo ramificado. 4. Não são contempladas em nenhum ponto deste estudo palavras monossilábicas com núcleo preenchido por vogal foneticamente nasalizada.

A um primeiro olhar, estes exemplos poderiam levar-nos a concluir que o PE caberia no conjunto das línguas em que a CM, tal como formulada em McCarthy e Prince (1995) (vd. (1)), não faz parte das restrições fonotáticas nem das condições de palavridade da língua. Com efeito, e sempre de acordo com este argumento, o PE, por ser uma língua sem oposições de quantidade, não deveria admitir como palavras quaisquer cadeias fonéticas com menos de duas sílabas. Este é mesmo o principal argumento encontrado em diversos autores para negarem a validade da CM em português, conforme resumido na citação de Vigário, Martins e Frota (2005) acima reproduzida.⁹

Nesta aparente contradição e conflito de interpretações fonológicas reside um dos pontos de partida da problematização que pretendemos empreender no presente estudo.

Peso silábico e palavridade em português

Em nossa opinião, uma avaliação mais completa da importância da CM na fonologia do português requer um exame mais aprofundado a dimensões que não podem reduzir-se exclusivamente ao número mínimo de sílabas da palavra. Por essa razão, dedicaremos de seguida alguma atenção à questão específica do peso silábico e da sua relação com a palavridade em português, devido à relação que esta propriedade fonológica estabelece com a CM, de acordo com a formulação desta última que encontramos em (1) e com as próprias considerações de McCarthy e Prince (1995) acerca da distinção entre os dois tipos de línguas aí considerados.¹⁰

A importância do peso silábico em português será aqui examinada a partir de alguns argumentos relacionados com dois fenómenos distintos nesta língua: a atribuição do acento de palavra e a evolução histórica de certos étimos latinos que deram origem, em português medieval (PM), quase invariavelmente a palavras coincidentes com monossílabos pesados.

Peso silábico e acento de palavra

Tradicionalmente, as descrições fonológicas do português tendem a considerar o peso silábico como um fator negligenciável em domínios em que, noutras línguas, ele desempenha um papel importante, nomeadamente no tocante à atribuição de acento de palavra. Descrições como Pereira (1999), Roca (1999), Mateus e D'Andrade (2000) e

⁹ Alguns autores, referidos no mesmo estudo que acabamos de citar, alegam a escassez de exemplos desta natureza – que corresponderiam, assim, a casos *excepcionais* e *marcados* – para defenderem, contudo, que a CM faz parte das condições de palavridade do português. É esta, por exemplo, a posição de Booij (2004), conforme exposto na citação de Vigário, Martins e Frota (2005) reproduzida na Introdução.

¹⁰ Ver citação na nota 6.

Mateus et al. (2003), por exemplo, apresentam-nos o acento de palavra do português como exclusivamente regido por fatores de natureza morfológica: nomes e verbos obedecem a regras acentuais distintas e, dentro de cada uma destas classes, o acento é descrito tomando por referência determinados morfemas ou segmentos da cadeia morfológica morfossintaticamente determinados. Esta constitui, como já dissemos, a explicação do acento de palavra mais consensual entre os linguistas que se ocupam da descrição fonológica do PE.

Tal interpretação deve ser confrontada, porém, com alguns argumentos que nos são oferecidos por explicações não inteiramente compatíveis com as que acabamos de referir e que não excluem por completo a interferência, precisamente, do peso silábico na atribuição do acento de palavra. Explicações como as Brandão de Carvalho (1988; 1989; 2011) ou Wetzels (2007), por exemplo, enfatizam a inocorrência de proparoxítonos com penúltima sílaba pesada ou a preponderância estatística de oxítonos com última sílaba pesada, entre outros, como argumentos que demonstram a natureza também *fonológica* do acento e a sua sensibilidade ao peso silábico, também em português e de forma muito particular nas classes dos nomes e dos adjetivos. Assim, tornar-se-ia mais difícil enquadrar categoricamente o português no conjunto das línguas cuja fonologia não admite a operacionalidade do peso silábico, critério a que McCarthy e Prince (1995) conferem bastante importância na distinção linguística proposta em (1).

Peso silábico e palavras coincidentes com monossílabos pesados no português medieval

O segundo argumento em que nos apoiaremos para atribuir importância ao peso silábico na fonologia do português será colhido em dados da diacronia. No português medieval (PM), encontramos um número não despreciable de exemplos de palavras monossilábicas formadas por uma sílaba pesada. Os Quadros 2 e 3 reúnem alguns exemplos desse tipo de palavras. Torna-se interessante verificar que, em parte, muitos destes monossílabos descendem de palavras que já no latim original correspondiam a monossílabos pesados também (ver exemplos do Quadro 2). Na nossa perspectiva, mais interessante se torna, porém, registar que noutros casos – como os exemplificados no Quadro 3 – o monossílabo pesado não é a forma etimológica encontrada em latim, pelo que a sua presença em PM não pode ser explicada simplesmente como um caso de herança fonológica direta. Nestes exemplos, é atestada inclusivamente a conservação – ou mesmo a *inserção* – de algumas estruturas fonológicas que se extinguíram noutras palavras, como a nasalidade final (perdida já no próprio latim vulgar: considerem-se, respetivamente, os exemplos das evoluções *cum*>*com* e *sic*>*sim*) ou a lateral intervocálica latina, ante evoluções como *sale*>*sal* e *sole*>*sol*. Uma explicação plausível para esta conservação reside, a nosso ver, na necessidade de o PM ter de respeitar, obrigatoriamente, uma CM que o impediria de ter palavras formadas por menos do que

uma sílaba pesada,¹¹ o que nos autoriza a propor a seguinte restrição de minimalidade para o PM,¹² levando-nos a supor que a restrição de (1a) fosse operacional nesta fase da evolução histórica do português:

(2). Condição de Minimalidade em Português Medieval

PM: $\{\omega \geq \sigma_H\}$

Quadro 2 – Palavras do português medieval correspondentes a monossílabos pesados descendentes de monossílabos pesados latinos, hipoteticamente mantidos como tais para satisfação da Condição de Minimalidade | PM: $\{\omega \geq \sigma_H\}$ |

Lat. <i>sum</i> > PM <i>sam</i> Lat. <i>cum</i> > PM <i>com</i> Lat. <i>non</i> > PM <i>nom</i> Lat. <i>sic</i> > PM <i>sim</i>

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 – Palavras do português medieval correspondentes a monossílabos pesados não descendentes de monossílabos pesados latinos, possivelmente formados enquanto tais para satisfação da Condição de Minimalidade | PM: $\{\omega \geq \sigma_H\}$ |

Lat. <i>patrem</i> > PM <i>pae</i> Lat. <i>matrem</i> > PM <i>mãi</i> Lat. <i>finem</i> > PM <i>fim</i> Lat. <i>bene</i> > PM <i>bem</i> Lat. <i>salem</i> > PM <i>sal</i> Lat. <i>solem</i> > PM <i>sol</i>
--

Fonte: elaboração própria.

¹¹ Vários são os autores que tomam nota da manutenção da nasalidade final dos monossílabos latinos na passagem não só ao português como também a outras línguas românicas, embora sem relacionarem explicitamente este dado histórico com a Condição de Minimalidade. Vejam-se, a título de exemplo: Williams (1938, p.101), Nunes (1956, p.108-109, 146-147), Lausberg (1963, p.227-228) e Silva (2008, p.514, 518-519). A ideia de relacionar esta regularidade histórica com a Condição de Minimalidade surgiu-nos em diálogo informal com a Prof^a Doutora Ana Maria Brito, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹² A CM aqui proposta para o PM não corresponde exatamente à CM *genérica* formulada em (1) que, como dissemos, pressupõe uma grande variabilidade de parametrização de língua para língua. Os dados (quer sincrónicos, quer diacrónicos) relativos ao peso silábico revistos na presente secção do texto deixam por explicar a ocorrência, ainda que quantitativamente pouco representativa, de palavras monossilábicas correspondentes a monossílabos leves (ver exemplos da primeira coluna do Quadro 1), assim como não explicam um conjunto importante de palavras que já noutro ponto do texto excluímos do âmbito do presente estudo: os clíticos monossilábicos. Relativamente às palavras lexicais monossilábicas de tipo σ_L exemplificadas no Quadro 1, que também não constituem um tópico central e isolado deste estudo, limitar-nos-emos a sublinhar, de momento, que, segundo interpretações como as de Brandão de Carvalho (2011, p.59), a título de exemplo, elas correspondem a palavras com núcleos vocálicos coincidentes com índices de sonoridade mais elevados (i. é, com maiores graus de abertura), o que lhes conferiria um peso intrínseco maior do que o tradicionalmente associado a σ_L . Neste artigo, não aprofundaremos muito mais a discussão deste tópico, embora a ele voltemos mais adiante.

Outras restrições fonotáticas associadas à boa formação de palavras em português

Nas secções anteriores, foi concedido um destaque especial à CM, bem como ao peso silábico, como critérios de palavridade em PE, pela especial relação que tais restrições estabelecem com o foco central do estudo aqui apresentado.

Contudo, conforme posto em destaque por inúmeros estudos que se têm dedicado à natureza, definição e delimitação da palavra enquanto unidade linguística (cf., entre outros, ELORDIETA, 2014 ou VELOSO, 2016), outras restrições fonológicas se aplicam a esta mesma unidade. Delas trataremos seguidamente, dando destaque aos aspetos que se nos afigurem mais relevantes para a continuação do estudo.

Começaremos por sumariar em (3) as principais restrições fonológicas que, em línguas como o português, uma palavra morfológica deverá obrigatoriamente respeitar.

(3). Restrições fonológicas obrigatoriamente respeitadas pelas cadeias fonéticas admissíveis como palavras morfológicas em português.

(3a). Possuem um e só um acento principal, regido pelas regras de atribuição de acento de palavra (Exceção: Palavras Clíticas).

(3b). Obedecem às regras de combinação fonotática da língua, não violando o Princípio de Preservação da Estrutura (KIPARSKY, 1985).

Relativamente à restrição fonológica formulada em (3a), lembraremos, neste instante, que a atribuição de acento é, justamente, um dos processos fonológicos que tomam a palavra como domínio de aplicação, contribuindo, por conseguinte, quer para a identificação e delimitação desta unidade, quer para a distinção entre *palavras fonológicas* (dotadas obrigatoriamente de um e só um acento), *palavras clíticas* (intrinsecamente desprovidas de acento) e compostos prosódicos mais extensos e mais complexos, como o *grupo clítico* (formado mais do que uma palavra morfológica mas dotado de um e só um acento principal, de acordo com as discussões, relativas ao português, desenvolvidas por Vigário (1998; 2003; 2007; 2010), Bisol (2000; 2004; 2007), Veloso (2012; 2013) e outros) ou o *grupo de palavra prosódica* (correspondente ao agrupamento de várias palavras fonológicas e clíticos numa unidade acentual mais longa e complexa, de acordo, por exemplo., com a proposta de Vigário; Fernandes-Svartman, 2010).

Em relação às regras fonotáticas combinatórias referidas em (3b), sublinhamos neste momento que as cadeias candidatas ao estatuto de palavra em PE deverão ainda obedecer a um conjunto delimitado de restrições atinentes à seleção e combinação dos segmentos fonológicos. Tais restrições são, fundamentalmente, as que se encontram implicadas pelo Algoritmo de Silabificação de Mateus; D'Andrade (2000, p.60-64), que impõe, designadamente as restrições resumidas em (4).

(4). Principais restrições fonotáticas específicas do português europeu contemporâneo (*ap.*, principalmente, MATEUS; D'ANDRADE, 2000, p.60-64)

(4a). *A posição de núcleo silábico cabe exclusivamente a segmentos vocoides* (com a criação excecional de “núcleos vazios” perante estruturas lineares que não respeitem os princípios métricos explicitados no parágrafo seguinte).

(4b). *Os ataques ramificados obedecem estritamente ao Princípio de Sonoridade e à Condição de Semelhança.*

(4c). *O preenchimento segmental ou autosegmental da coda silábica é altamente restrito* (podendo esta restritividade sofrer enfraquecimento no limite direito da palavra, segundo Veloso, 2010): inexistência de codas ramificadas; limitação das consoantes que podem ocorrer segmentalmente em coda silábica ao subconjunto restrito formado por/r l ([ʁ]) S/¹³.

A importância da oralização de abreviações para a avaliação da Condição de Minimalidade

Nesta secção, procuraremos fundamentar a opção pela metodologia da *oralização de abreviações* como via para avaliarmos a importância da CM como uma das condições de palavridade do português. Trata-se, como afirmámos já na Introdução, da metodologia seguida com o mesmo propósito por Plénat (1993) relativamente ao francês e será a metodologia em que nos apoiaremos, no estudo empírico apresentado na secção 4, para avaliarmos da eventual pertinência da CM no PEC.

Para esta fundamentação, retomaremos e desenvolveremos, no quadro 4, algumas informações já adiantadas na Introdução, relativas às duas principais possibilidades de oralização de abreviações em português – siglação e acronímia –, com recurso a exemplos correntes no PE. Os casos da coluna A desse quadro excluem, logo à partida, a possibilidade de acronimização, uma vez que apresentam violações drásticas das regras fonotáticas do português como as sumariadas em (4): por exemplo, não apresentando núcleos vocoides, a divisão sucessiva das correspondentes cadeias fonéticas em sílabas bem formadas – logo, em palavras de tipo *acronímico*¹⁴ – torna-se impossível, tornando desde logo irrelevante a aplicação ou não da CM na sua oralização como palavras da língua. Por esta razão, excluímos da continuação do presente estudo casos como os da coluna A do Quadro 4.

¹³ Trata-se da fricativa coronal subespecificada (sem especificação de vozeamento e ponto de articulação – por isso transcrita com letra maiúscula do alfabeto latino, segundo as convenções da fonologia estruturalista para os arquifonemas e da f. autosegmental para os segmentos subespecificados).

¹⁴ Ver os argumentos sumariados na nota 2 para a aceitação dos acrónimos como casos particulares de palavras fonológicas da língua.

Os exemplos das colunas B e C desse mesmo quadro correspondem a uma situação diferente: em ambos os casos, é respeitada a exigência de núcleos preenchidos por vocoide, o que, à partida, tornaria possível a produção de todos os exemplos como acrónimos. O que se verifica, porém – e aqui reside uma interrogação de partida muito importante para o nosso estudo – é que, apesar disso, nem todas as cadeias das colunas B e C do Quadro 4 são oralizadas correntemente em PE como acrónimos: são-no os casos da coluna C, mas não os da coluna B, relativamente aos quais, *apesar da disponibilidade da produção acronimizante, prevalece a siglação*. Assim, *o respeito pela restrição fonotática que obriga à existência de núcleos silábicos preenchidos por vocoide parece corresponder a uma condição necessária – mas não suficiente – para a produção de acrónimos*. Esta constatação torna mais necessária a investigação acerca de outras restrições fonológicas envolvidas na palavridade em PEC. Não ignorando que fatores de natureza rítmica possam também estar implicados nos processos de formação de “novas palavras” – conforme tem sido posto em destaque por estudos anteriores relativos às variedades brasileira (ARAÚJO, 2002; CHACON, 2004; TENANI, 2004; CUNHA, 2012) e europeia (FERREIRA, 2012) da língua, a partir de dados de escrita infantil, hipocorização e outras modalidades de truncamento –, o nosso foco, no presente estudo, centrar-se-á unicamente na questão da satisfação da CM apresentada por tais cadeias.

Saliente-se ainda que, nos casos da coluna C do Quadro 4, reunimos num subgrupo específico (C2) um conjunto de exemplos que, apesar de respeitarem a restrição de obrigatoriedade de núcleos silábicos vocoides (ver (4a)), não respeitam, contudo, outras restrições fonotáticas do PE, já que apresentam potenciais codas silábicas preenchidas por consoantes obstruintes ou soantes impedidas pela fonologia da língua de ocorrerem nessa posição prosódica. Encontram-se nesta situação os casos apresentados como exemplos no próprio quadro (FENPROE, [fɛn'prɔf]; REN, ['rɛn]). A formação deste tipo especial de acrónimos tem merecido a atenção de estudos como os de Pereira (2013, p.485 e seguintes), por exemplo, e pode ser explicada pelo facto de a frequente queda de vogal átona final em PEC permitir a ocorrência, ao nível fonético, de tais codas “irregulares” – o que levaria à sua aceitação (porventura como um indício de fonologização em curso das mesmas?) pelos falantes da língua na produção de acrónimos como os agrupados em C2, no Quadro 4. Tal como os casos da coluna A do mesmo quadro, porém, estes exemplos encontram-se excluídos da continuação do presente estudo, por apresentarem especificidades que só poderiam ser aprofundadas depois de um melhor esclarecimento das questões de âmbito mais geral tratadas como tópicos centrais da presente investigação.

Quadro 4 – Siglação e acronimização de abreviações correntes em português europeu¹⁵

ABREVIACÕES		
Inadmissíveis enquanto palavras da língua por NÃO respeitarem a obrigatoriedade de um núcleo silábico preenchido por vocoide	Admissíveis enquanto palavras da língua por respeitarem as principais restrições fonotáticas do PE	
A: SIGLAÇÃO	B: SIGLAÇÃO	C: ACRONIMIZAÇÃO
FCT (=Fundação para a Ciência e a Tecnologia) : [ˈɛfɨˈsɛˈtɛ] ; *[fkt] CGTP (=Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) : [ˈsɛˈʒɛˈtɛˈpɛ] ; *[kgtp]	BE (=Bloco de Esquerda) : [ˈbɛˈɛ] SU (=Serviço de Urgência) : [ˈɛsɨˈu] (ou [ˈɛˈsju])	C1: Sem qualquer violação das regras fonotáticas BES (=Banco Espírito Santo) : [ˈbɛʃ] NATO (=“North Atlantic Treaty Organization”) : [ˈnatu] C2: Com soante ou obstruinte normalmente não admitida em Coda mas ocorrendo excecionalmente nesta posição FEN <u>PROF</u> (=Federação Nacional dos Professores) : [fɛnˈprɔf] REN <u> </u> (=Rede Elétrica Nacional) : [ˈrɛn]

Fonte: elaboração própria.

Partindo de todos estes dados, julgamos admissível que os sujeitos falantes, quando solicitados a ler cadeias gráficas apresentadas como abreviações, poderão seguir um de dois caminhos distintos:

- **Opção 1.** O falante reconhece a cadeia como uma abreviação corrente na sua língua (como acontecerá, a título de exemplo, com as abreviações encontradas no Quadro 4 relativamente aos falantes nativos do PEC). De certa forma, estas abreviações correspondem a palavras já lexicalizadas na língua e o seu processamento faz-se como o de qualquer outra palavra presente no repertório lexical do falante, dotada de uma representação fonológica armazenada no seu léxico mental (altamente variável de falante para falante, como já foi antes referido), ativada no momento do processamento

¹⁵ OBS.: 1. Todos os acrónimos registados neste quadro conhecem uso corrente em PE. Como tal – e dentro da variabilidade inerente à formação do léxico individual dos falantes (vd. supra) –, são equiparáveis a entradas lexicais junto de um grande número de falantes nativos da língua. 2. Nas transcrições fonéticas apresentadas neste quadro (e noutros pontos do próprio texto), não sendo nossa intenção problematizar a natureza prosódica das unidades representadas, assumimos que cada sigla combina, no seu interior, mais do que uma unidade acentual, não distinguindo acento principal de acento secundário nem colocando a possibilidade de as siglas corresponderem a unidades como o grupo de palavra fonológica (hipótese a que é feita referência no texto). 3. Assumimos que cada acrónimo corresponde a uma e só uma palavra fonológica (dotada, como tal, de um e só um acento principal).

da cadeia fonética. A principal via ativada pelo locutor na oralização destas cadeias escritas é, assim, a via do seu **conhecimento lexical** (aqui concebido como o conjunto armazenado de informações linguísticas respeitantes a todas as entradas do “dicionário mental” individual, naquelas incluídas as informações respeitantes ao formato fónico de tais entradas);

- **Opção 2.** Se a abreviação não for conhecida do falante, este deve ativar outros recursos do seu conhecimento linguístico implícito, nomeadamente o seu conhecimento fonológico (CF). Excluindo aqui casos como os da coluna A do Quadro 4 – que nunca poderiam ser oralizadas como acrónimos, pelas razões já expostas –, assumimos que tais abreviações poderão ser lidas como acrónimos OU como siglas em função da ativação de restrições como a CM, que será a principal responsável, no CF dos falantes, pela avaliação da palavridade das cadeias fonéticas apresentadas a processamento.

A opção 2 prevê que as duas oralizações em competição (siglação vs. acronímia) não sejam selecionadas aleatoriamente. Tal como Plénat (1993) propõe para o francês, admitiremos que a minimalidade é o fator que determina a escolha de uma ou de outra e será este o ponto de partida para o nosso estudo empírico, do qual não excluiremos, porém, a possível interferência de outras variáveis fonológicas.

Em reforço deste nosso ponto de vista inicial, parece-nos merecedora de especial atenção a comparação entre os dois termos de um dos pares encontrados no Quadro 4. Com efeito, confrontando a oralização corrente de “BE” (σ_L) como uma sigla ($=['be'e]$) com a de uma outra abreviação que difere dessa apenas num único segmento e no peso silábico – “BES” (σ_H) –, oralizada como acrónimo ($=['be\beta]$), poderíamos inferir que o peso silábico será, efetivamente, o principal responsável pela preferência dos falantes do PEC pela conversão de abreviações em acrónimos – ou seja, em palavras fonológicas: estas só emergirão perante abreviações com um peso silábico correspondente a σ_H . Esta inferência, por sua vez, poderia levar-nos a pensar, concomitantemente, que a restrição (2) acima proposta para o PM permaneceria de certa forma ainda válida para o PEC também, porventura contrariando a posição de McCarthy; Prince (1995) expressa em (1) que limita a importância do peso silábico para a CM apenas às línguas com oposições quantitativas.

Procederemos à avaliação criteriosa destas questões de partida no estudo empírico que passamos a apresentar.

Estudo empírico

Observações preliminares

Por forma a analisarmos o processamento linguístico das cadeias fonéticas candidatas ao estatuto de palavras e assim colhermos evidência sobre o papel da CM em português, desenvolvemos o estudo experimental que passamos a apresentar.

A tarefa experimental solicitada a um conjunto de falantes nativos monolíngues de PE consistiu em ler 88 abreviações propositadamente forjadas para este estudo e, por conseguinte, não pré-existentes em português, tanto quanto nos era dado saber. Passaremos a designar estas formas como “*pseudoabreviações*”. Optámos por usar estímulos não correntes na língua a fim de se cancelar qualquer possível interferência do conhecimento lexical prévio dos falantes (no qual poderiam estar armazenadas as representações fonológicas de abreviações de certa forma *já lexicalizadas*, como as exemplificadas no Quadro 4). Por outras palavras, quisemos que os sujeitos seguissem obrigatoriamente as vias de processamento apresentadas pela Opção 2 explicitada na secção 3 do estudo, isto é, que nas suas oralizações fosse ativado única e exclusivamente o seu *conhecimento fonológico*. Foi nosso entendimento que só essa tentativa de se isolar esta via de processamento destas cadeias gráficas de outras possíveis vias determinantes da sua oralização nos poderia fornecer pistas minimamente seguras acerca do papel eventualmente desempenhado pela CM, bem como acerca de outras restrições fonológicas admitidas pelo CF dos falantes, no processamento de cadeias fonéticas candidatas ao estatuto de palavras em PE.

Hipóteses

Para o presente estudo empírico, e com base na revisão teórica que empreendemos nas secções 1, 2 e 3, formulámos as seguintes hipóteses.

(5). Hipóteses Experimentais:

Hipótese A: Monossílabos que correspondam a uma sílaba pesada (e que respeitem as regras fonotáticas da língua), quando apresentados como abreviações gráficas, serão oralizados como ACRÓNIMOS.

Hipótese B: Monossílabos que correspondam a uma sílaba leve, quando apresentados como abreviações gráficas, serão oralizados como SIGLAS.

Hipótese C: Dissílabos ou trissílabos, quando apresentados como abreviações gráficas, serão sempre oralizados como ACRÓNIMOS.

As Hipóteses A e B, relativas ao processamento de estímulos monossilábicos, fundamentam-se sobretudo nos dados relativos aos exemplos do Quadro 4 e à discussão que deles fizemos principalmente na secção 3.

Quanto à Hipótese C, relativa ao processamento de estímulos com extensão igual ou superior a duas sílabas, encontra o seu fundamento na formulação da CM de McCarthy Prince (1995) reproduzida em (1b).

Método

Sujeitos

Os sujeitos do estudo foram 12 adultos, falantes nativos monolíngues do português europeu contemporâneo, provenientes, na sua maioria, das normas dialetais setentrionais. Todos eles são estudantes de pré-graduação da Universidade do Porto e participaram no estudo de forma gratuita e voluntária. Nenhum dos sujeitos foi previamente informado dos objetivos e das questões específicas envolvidas neste estudo. 8 sujeitos são do sexo feminino, 4 do sexo masculino. A idade dos sujeitos varia dos 18 aos 60 anos, com uma média etária de 38 anos (DP=16,06).

Material linguístico e procedimento

Material linguístico

As pseudoabreviações em estudo foram inseridas num conjunto de 130 frases portadoras com uma estrutura sintática e lexical fixa em que a única variação presente se encontrava no ponto da cadeia frásica em que eram introduzidas formas abreviadas: em 88 destas frases, estas formas correspondiam às pseudoabreviações já mencionadas; nas 42 frases restantes, foram introduzidas abreviações com uso corrente em PE. Em todas as frases, atribuiu-se (no caso das pseudoabreviações) ou explicitou-se (no caso das abreviações correntes) o género gramatical de cada estrutura a processar; esta encontrava-se sempre inserida como núcleo de um sintagma nominal em que o género é dado pelo artigo definido antes da abreviação nominalizada.

A estrutura da frase portadora é apresentada em (6).

(6). Estrutura das frases portadoras incluídas no material linguístico do estudo empírico

O Presidente d(x) [Z] ABREVIACÃO/PSEUDOABREVIACÃO demitiu-se.

(x=artigo definido singular, masculino ou feminino)

([Z]=palavra ou expressão que, em algumas frases, foi inserida por motivos de plausibilidade semântica)¹⁶

A lista completa dos estímulos dados a ler aos sujeitos é a que se encontra em (7). A ordem pela qual os estímulos são aí apresentados corresponde à ordem pela qual as frases foram apresentadas a cada sujeito e foi obtida aleatoriamente na fase de preparação do material experimental.

¹⁶ Exemplo: “O Presidente da Comissão da CREL demitiu-se.”

Através da inserção, no material linguístico do teste, de abreviações e pseudoabreviações, pretendeu-se potenciar um efeito distrator que de certa forma induzisse o leitor a oralizar cada abreviação/pseudoabreviação como sigla ou como acrónimo de acordo com as instruções geradas perante cada caso pelo seu conhecimento lexical (no caso das abreviações) ou pelo seu conhecimento fonológico implícito (no caso das pseudoabreviações), levando-o a processar cada estímulo de forma individualizada e não de acordo com um padrão geral aplicado uniformemente a todos os estímulos incluídos no *corpus*.

Como já foi afirmado, cada sujeito foi assim confrontado com um conjunto de 130 frases; destas, 88 continham cadeias gráficas correspondentes a pseudoabreviações. As restantes 42 frases continham abreviações correntes no léxico do PEC a que os sujeitos da população estavam expostos – por conseguinte, com alguma probabilidade de serem conhecidas de pelo menos uma parte significativa dos informantes.¹⁷ Destas 42 – nas quais se encontram cadeias que respeitam as condições fonotáticas da língua e cadeias que as violam –, 23 são normalmente produzidas como siglas, enquanto que 19 são habitualmente realizadas como acrónimos.

Quanto às 88 pseudoabreviações encontradas no conjunto total dos estímulos apresentados aos sujeitos, todas respeitavam integralmente as regras fonotáticas da língua (tais quais as encontradas em (3) e (4)). Dito de outro modo: as pseudoabreviações (sobre as quais incidirá unicamente a análise de resultados) correspondiam aos casos exemplificados nas colunas B e C1 do Quadro 4 (foram, portanto, excluídos os casos, mais discutíveis, das colunas A e C2 do mesmo quadro).

Na nossa análise de resultados, foram tidos em conta unicamente, conforme dissemos já, os dados obtidos na leitura das pseudoabreviações. Na transcrição do material linguístico que apresentamos em (7), tais pseudoabreviações são as que se encontram nas frases sublinhadas – embora, naturalmente, no material distribuído aos participantes não fosse feita qualquer distinção gráfica entre frases com abreviações correntes e frases com pseudoabreviações, nem tivessem sido dadas quaisquer outras pistas conducentes a uma tal diferenciação.

¹⁷ Devido à já mencionada variabilidade entre léxicos individuais, torna-se muito difícil determinar com exatidão quais as abreviações correntes que integram ou não o léxico de todos os sujeitos testados. Da mesma forma, não podemos excluir que algumas das pseudoabreviações cunhadas propositadamente para o estudo não possam corresponder a casos de abreviações representadas no léxico de alguns dos sujeitos (no caso, meramente hipotético, de poderem corresponder, p. ex., a pequenas instituições ou empresas de âmbito mais local e que fossem familiares a algum ou alguns sujeitos). Ou seja: não é definitivamente possível fazer coincidir a nossa classificação *a priori* de cada estímulo como abreviação ou pseudoabreviação com a representação e o modo de processamento que ele detém junto de cada falante. Para a elaboração da lista dos estímulos apresentada em (7), baseámo-nos fortemente no nosso conhecimento intuitivo da língua. Para cada abreviação assumida como corrente na língua, procurámos pelo menos uma atestação na imprensa, na internet ou em dicionários gerais do português. Todas as pseudoabreviações foram propositadamente cunhadas para o estudo pelo autor, com base nas variáveis fonológicas que pretendíamos testar, tendo sido verificada a sua não atestação nas mesmas fontes.

Quadro 5 – Lista dos estímulos apresentados aos participantes¹⁸

1 - O Presidente da RDIS demitiu-se.	41 - O Presidente da ONU demitiu-se.
2 - <u>O Presidente do RU demitiu-se.</u>	42 - O Presidente da RTP demitiu-se.
3 - <u>O Presidente do Instituto EUPA demitiu-se.</u>	43 - O Presidente do PS demitiu-se.
4 - <u>O Presidente da UISMA demitiu-se.</u>	44 - <u>O Presidente do SOUGA demitiu-se.</u>
5 - O Presidente do BPN demitiu-se.	45 - O Presidente da AIP demitiu-se.
6 - O Presidente da SPA demitiu-se.	46 - <u>O Presidente do GA demitiu-se.</u>
7 - O Presidente da FAS demitiu-se.	47 - <u>O Presidente do GREL demitiu-se.</u>
8 - O Presidente do PSD demitiu-se.	48 - O Presidente do LAIRA demitiu-se.
9 - O Presidente da UEFA demitiu-se.	49 - O Presidente da NATO demitiu-se.
10 - O Presidente do SITAVA demitiu-se.	50 - O Presidente da CCVM demitiu-se.
11 - O Presidente da Comissão da VCI demitiu-se.	51 - <u>O Presidente do PRICA demitiu-se.</u>
12 - <u>O Presidente da FAIMA demitiu-se.</u>	52 - O Presidente da Comissão do SIGARRA demitiu-se.
13 - <u>O Presidente do BLO demitiu-se.</u>	53 - <u>O Presidente do FLEU demitiu-se.</u>
14 - O Presidente do SINDEPO demitiu-se.	54 - <u>O Presidente da CO demitiu-se.</u>
15 - <u>O Presidente do CLAUS demitiu-se.</u>	55 - <u>O Presidente da CLARCO demitiu-se.</u>
16 - O Presidente da UGT demitiu-se.	56 - <u>O Presidente da ARCI demitiu-se.</u>
17 - <u>O Presidente da AU demitiu-se.</u>	57 - <u>O Presidente da FE demitiu-se.</u>
18 - <u>O Presidente do CRAITA demitiu-se.</u>	58 - <u>O Presidente da FIBA demitiu-se.</u>
19 - O Presidente da Direcção da CREL demitiu-se.	59 - <u>O Presidente do COIS demitiu-se.</u>
20 - <u>O Presidente do GATE demitiu-se.</u>	60 - <u>O Presidente da UNIVA demitiu-se.</u>
21 - O Presidente da FAP demitiu-se.	61 - <u>O Presidente do CLA demitiu-se.</u>
22 - <u>O Presidente da FLEUDO demitiu-se.</u>	62 - O Presidente da APE demitiu-se.
23 - O Presidente da FNE demitiu-se.	63 - <u>O Presidente da BLURMA demitiu-se.</u>
24 - <u>O Presidente do EUS demitiu-se.</u>	64 - <u>O Presidente da AUPE demitiu-se.</u>
25 - O Presidente da CGTP demitiu-se.	65 - O Presidente do GROISMI demitiu-se.
26 - <u>O Presidente da CLAUSBA demitiu-se.</u>	66 - O Presidente da GIU demitiu-se.
27 - O Presidente da CIP demitiu-se.	67 - O Presidente da ECOFIN demitiu-se.
28 - O Presidente do BE demitiu-se.	68 - <u>O Presidente da UIS demitiu-se.</u>
29 - <u>O Presidente do BLUR demitiu-se.</u>	69 - <u>O Presidente do GREMA demitiu-se.</u>
30 - O Presidente do CDUP demitiu-se.	70 - <u>O Presidente da AUSPA demitiu-se.</u>
31 - <u>O Presidente do GRALCO demitiu-se.</u>	71 - <u>O Presidente da AICA demitiu-se.</u>
32 - <u>O Presidente do CEUNA demitiu-se.</u>	72 - O Presidente da Fiscalização do IVA demitiu-se.
33 - <u>O Presidente da CIL demitiu-se.</u>	73 - <u>O Presidente do BLOLI demitiu-se.</u>
34 - O Presidente da EI demitiu-se.	74 - <u>O Presidente da FAUSPA demitiu-se.</u>
35 - O Presidente da ULMI demitiu-se.	75 - <u>O Presidente do IR demitiu-se.</u>
36 - O Presidente da CLAUPA demitiu-se.	76 - <u>O Presidente do SEI demitiu-se.</u>
37 - <u>O Presidente da EISTI demitiu-se.</u>	77 - <u>O Presidente da ASPO demitiu-se.</u>
38 - O Presidente da CDU demitiu-se.	78 - O Presidente do BES demitiu-se.
39 - <u>O Presidente da CRAI demitiu-se.</u>	79 - <u>O Presidente da FEU demitiu-se.</u>
40 - O Presidente da FEUP demitiu-se.	80 - <u>O Presidente do FRISPE demitiu-se.</u>
	81 - O Presidente da UP demitiu-se.

¹⁸ OBS.: Na lista aqui apresentada, ocorrem em sublinhado as frases que integram as pseudoabreviações sobre que incidirá a nossa subsequente análise de resultados. No material distribuído aos participantes, não era feita, naturalmente, qualquer distinção grafo-visual entre frases portadoras de abreviações e frases portadoras de pseudoabreviações.

82 - <u>O Presidente da FREIS demitiu-se.</u>	106 - <u>O Presidente da TERPE demitiu-se.</u>
83 - <u>O Presidente do PRI demitiu-se.</u>	107 - <u>O Presidente do GALVE demitiu-se.</u>
84 - <u>O Presidente da OITI demitiu-se.</u>	108 - <u>O Presidente do LITE demitiu-se.</u>
85 - <u>O Presidente do SIR demitiu-se.</u>	109 - <u>O Presidente do PRUI demitiu-se.</u>
86 - <u>O Presidente do REISTA demitiu-se.</u>	110 - <u>O Presidente do GOISPA demitiu-se.</u>
87 - <u>O Presidente da ESPE demitiu-se.</u>	111 - <u>O Presidente do PRUILE demitiu-se.</u>
88 - <u>O Presidente da FLEUSTA demitiu-se.</u>	112 - <u>O Presidente da FREISPO demitiu-se.</u>
89 - <u>O Presidente da GNR demitiu-se.</u>	113 - <u>O Presidente da Comissão da IVG demitiu-se.</u>
90 - <u>O Presidente da OL demitiu-se.</u>	114 - <u>O Presidente da AS demitiu-se.</u>
91 - <u>O Presidente do CESP demitiu-se.</u>	115 - <u>O Presidente da FUIS demitiu-se.</u>
92 - <u>O Presidente da FIFA demitiu-se.</u>	116 - <u>O Presidente do GEUS demitiu-se.</u>
93 - <u>O Presidente da OU demitiu-se.</u>	117 - <u>O Presidente da AUS demitiu-se.</u>
94 - <u>O Presidente da PAC demitiu-se.</u>	118 - <u>O Presidente da FRIS demitiu-se.</u>
95 - <u>O Presidente do PRU demitiu-se.</u>	119 - <u>O Presidente do CLADA demitiu-se.</u>
96 - <u>O Presidente do Instituto da CRIL demitiu-se.</u>	120 - <u>O Presidente do NEFA demitiu-se.</u>
97 - <u>O Presidente da DAUS demitiu-se.</u>	121 - <u>O Presidente do SASU demitiu-se.</u>
98 - <u>O Presidente da AL demitiu-se.</u>	122 - <u>O Presidente do OISCI demitiu-se.</u>
99 - <u>O Presidente da AI demitiu-se.</u>	123 - <u>O Presidente da RAI demitiu-se.</u>
100 - <u>O Presidente da CLAU demitiu-se.</u>	124 - <u>O Presidente da SORPI demitiu-se.</u>
101 - <u>O Presidente do Gabinete do IRS demitiu-se.</u>	125 - <u>O Presidente da PT demitiu-se.</u>
102 - <u>O Presidente do OIS demitiu-se.</u>	126 - <u>O Presidente da PLAIS demitiu-se.</u>
103 - <u>O Presidente da URSS demitiu-se.</u>	127 - <u>O Presidente da FER demitiu-se.</u>
104 - <u>O Presidente da FAUSTE demitiu-se.</u>	128 - <u>O Presidente do GROUS demitiu-se.</u>
105 - <u>O Presidente da FENPROF demitiu-se.</u>	129 - <u>O Presidente da PSP demitiu-se.</u>
	130 - <u>O Presidente do PLAR demitiu-se.</u>

Fonte: elaboração própria.

As 88 pseudoabreviações constantes das frases com dados a observar apresentam variação quanto ao peso silábico, se monossilábicas, à estrutura silábica (controlada somente na primeira sílaba, no caso dos estímulos com duas ou mais sílabas) e à extensão em número de sílabas. No que diz respeito à estrutura silábica, tentámos que todos os tipos silábicos não marcados do PE estivessem representados no material linguístico, fosse como a única sílaba das pseudoabreviações monossilábicas, fosse como a primeira sílaba (em princípio, tónica) das pseudoabreviações com duas ou mais sílabas, tendo sido excluídas desta posição, na construção do *corpus*, todas as estruturas suscetíveis de nasalização vocálica. Relativamente à extensão silábica, as pseudoabreviações foram controladas por forma a obtermos um subconjunto de abreviações monossilábicas e um subconjunto de abreviações com duas ou mais sílabas, por forma a podermos testar, neste estudo, a validade de (1b) para o PE. Foram assumidos como estímulos (potencialmente) monossilábicos todos aqueles cuja representação gráfica conduzissem à produção de um só núcleo silábico preenchido por vocoide ($\cong$ uma só vogal gráfica), e como estímulos com duas ou mais sílabas aqueles cujas representações gráficas contivessem mais do que um grafema vocálico suscetível de fonetização como núcleo silábico ($\cong$ duas ou mais vogais gráficas).

Desta forma, procurámos reunir dados que nos permitissem observar de modo mais direto as variáveis *peso silábico* (na sua relação com a CM), explicitamente contemplada nas Hipóteses A e B, e *extensão em número de sílabas* (igualmente associada à CM), prevista pela Hipótese C.

Assim, e de acordo com estas 3 variáveis, as 88 pseudoabreviações incluídas no material linguístico do estudo repartem-se da seguinte forma (vide Quadro 6).

Quadro 6 – Repartição das 88 pseudoabreviações do material linguístico do estudo de acordo com as variáveis PESO SILÁBICO, ESTRUTURA SILÁBICA e EXTENSÃO EM NÚMERO DE SÍLABAS

PESO SILÁBICO (considerando somente as pseudoabreviações monossilábicas e a primeira sílaba das pseudoabreviações com duas ou mais sílabas)	ESTRUTURA SILÁBICA ¹⁹ (considerando somente as pseudoabreviações monossilábicas e a primeira sílaba das pseudoabreviações com duas ou mais sílabas)	EXTENSÃO EM NÚMERO DE SÍLABAS
Sílabas pesadas: 20 Sílabas leves: 68	V: 2 CV: 9 VC: 6 VG: 8 VS: 1 VGS: 7 CVC: 6 CVG: 7 CVS: 2 CVGS: 8 CCV: 9 CCVC: 6 CCVS: 2 CCVG: 7 CCVGS: 8	Monossílabos: 40 Dissílabos/Trissílabos: 48

Fonte: elaboração própria.

Metodologia

Cada sujeito foi testado individualmente, numa sala silenciosa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

As frases foram apresentadas em folhas A4, impressas em tipo Times New Roman, 14 pontos, com espaçamento duplo. Cada abreviação encontrava-se escrita em maiúsculas, sem pontos a separar as várias letras. As frases estavam numeradas sequencialmente, de 1 a 130, em numeração árabe.

¹⁹ C=Consoante (contóide); V=Vogal (vocoide); G=Glide; S=Fricativa Coronal (graficamente=<S>).

Foi pedido aos sujeitos que lessem as frases naturalmente. Todos foram informados de que as frases teriam invariavelmente a mesma estrutura, que lhes foi explicitamente apresentada antes do início da sessão de teste. Nesta fase de instruções, foi dito a cada participante que cada frase iria variar apenas num ponto fixo da cadeia de palavras, a seguir a “Presidente de”; foi-lhes então dito que, nesse ponto da cadeia frásica, seriam apresentadas diferentes “abreviaturas”.²⁰ Solicitou-se-lhes que, quando reconhecessem essa abreviatura, a lessem de acordo com o conhecimento que tinham dela. Cada participante foi ainda avisado de que provavelmente muitas das abreviaturas seriam desconhecidas, por designarem, segundo a informação então prestada, pequenas empresas ou instituições pouco difundidas junto do público em geral. Os informantes receberam a indicação de que, perante abreviaturas que desconhecêssem, deveriam lê-las conforme lhes parecesse mais adequado em termos de pronúncia. No início de cada sessão, nesta fase de instruções prévias, era ainda dada uma breve explicação e exemplificação da diferença entre as duas principais formas de “ler” uma abreviatura: como siglas ou como acrónimos (sem se recorrer, necessariamente, a esta terminologia explícita). Durante a leitura do material linguístico, foi permitido que os participantes fizessem pausas quando lhes parecesse necessário. Cada sessão individual durou cerca de 15 minutos, aproximadamente. As produções das abreviações apresentadas pelos informantes em cada teste eram imediatamente registadas em transcrição fonética pelo experimentador à medida que se desenvolvia cada sessão de recolha de dados.

Resultados

A Tabela 1 mostra os resultados obtidos para cada tipo silábico inserido em pseudoabreviação monossilábica e dissilábica/trissilábica.

Cada célula da tabela representa o número médio de produções (acompanhado do respetivo desvio-padrão) das 88 pseudoabreviações, nesta população, quer como siglas, quer como acrónimos, tendo sido calculados os valores médios de cada um destes dois tipos de oralização para cada tipo silábico a partir das 1056 oralizações recolhidas (=88 pseudoabreviações X 12 informantes). Os dois tipos de resposta são estatisticamente comparados em separado, para os monossílabos e para os dissílabos/trissílabos, perante cada tipo silábico considerando-se o total das respostas apresentadas pela população. A tabela apresenta somente os dados relativamente aos quais foi possível estabelecer comparação estatística através do teste de T-Student e, no caso das pseudoabreviações com duas ou mais sílabas, tem em conta somente a estrutura e as respostas obtidas relativamente à primeira sílaba.

²⁰ Nas instruções dadas aos participantes, foi utilizado o termo “abreviatura” em vez de “abreviação”, por aquele ser mais corrente, no vocabulário comum, do que este, e também porque, sendo os estímulos apresentados em forma escrita, o termo “abreviatura” (que designa um artifício gráfico, e não propriamente um processo de inovação lexical) nos pareceu, neste contexto, mais adequado.

Tabela 1 – Média (e DP) do número de respostas e comparações (Teste de T-Student) para cada tipo silábico, em pseudoabreviações monossilábicas e com duas ou mais sílabas (considerando, para estes últimos, somente a primeira sílaba para a categorização quanto ao tipo silábico e ao peso silábico)²¹

	MONOSSÍLABOS			DISSÍLABOS/TRISSÍLABOS		
	Sigla: Média (Desvio- Padrão)	Acrônimo: Média (Desvio- Padrão)	T-Student	Sigla: Média (Desvio- Padrão)	Acrônimo: Média (Desvio- Padrão)	T-Student
SÍLABAS LEVES						
CV	2,67 (1,56)	1,33 (1,56)	t(11)=1,483, n.s.	0,17 (0,39)	3,83 (0,39)	t(11)=- 16,316, p<0,000 **
CCV	1,33 (1,37)	2,58 (1,50)	t(11)=-1,512, n.s.	0,08 (0,29)	3,92 (0,29)	t(11)=- 23,000, p<0,000 **
SÍLABAS PESADAS						
VC	3,58 (0,90)	0,42 (0,90)	t(11)=6,092, p<0,000 **	0,75 (0,75)	3,25 (0,75)	t(11)=- 5,745, p<0,000 **
VG	3 (1,54)	1 (1,54)	t(11)=2,253, p<0,05 *	1,25 (1,36)	2,75 (1,36)	t(11)=- 1,915, n.s.
VGS	2,33 (1,37)	1,58 (1,37)	t(11)=0,950, n.s.	1 (1,28)	2,92 (1,24)	t(11)=- 2,653, p<0,05 *
CVC	0,83 (0,83)	3,17 (0,83)	t(11)=-4,841, p<0,000 **	0,17 (0,58)	3,83 (0,58)	t(11)=- 11,000, p<0,000 **
CVG	0,5 (0,67)	3,42 (0,67)	t(11)=-7,705, p<0,000 **	0,25 (0,87)	3,75 (0,87)	t(11)=- 7,000, p<0,000 **

²¹ Níveis de significância (a negrito): * p<0,05; ** p<0,005

OBS.: A tabela inclui somente os dados que permitiram comparação estatística baseada no teste de T-Student.

CVGS	0,75 (0,62)	3,25 (0,62)	t(11)=-6,966, p<0,000 **	0,17 (0,58)	3,83 (0,58)	t(11)=- 11,000, p<0,000 **
CCVC	0,25 (0,45)	3,75 (0,45)	t(11)=-13,404, p<0,000 **	0,42 (1,16)	3,58 (1,16)	t(11)=- 4,710, p<0,005 **
CCVG	0,33 (0,65)	3,67 (0,65)	t(11)=-8,864, p<0,000 **	0,33 (1,15)	3,58 (1,16)	t(11)=- 4,892, p<0,000 **
CCVGS	0,25 (0,45)	3,75 (0,45)	t(11)=-13,404, p<0,000 **	0,25 (0,87)	3,75 (0,87)	t(11)=- 7,000, p<0,000 **

Fonte: elaboração própria.

Discussão

Estímulos monossilábicos

De acordo com as Hipóteses A e B, esperar-se-ia que as sílabas leves (CV e CCV) obtivessem um maior número de respostas de tipo *sigla* do que as sílabas pesadas, relativamente às quais era esperado um maior número de oralizações de tipo *acrónimo*.

Os resultados que encontramos na Tabela 1 não parecem, contudo, muito conclusivos quanto a essa previsão inicial:

- os monossílabos CV ($=\sigma_L$) foram, de facto, maioritariamente fonetizados como siglas, mas a diferença entre esse tipo de resposta e as respostas de tipo *acrónimo* não se revelaram estatisticamente significativas;

- por outro lado, os monossílabos CCV (igualmente leves) foram articulados por um elevado número de sujeitos como acrónimos, contrariamente à Hipótese B, ainda que a diferença entre os dois tipos de resposta também não tivesse sido, neste caso, estatisticamente significativa;

- por fim, sublinhemos que a comparação entre os dois tipos de resposta (*sigla* vs. *acrónimo*) só é não significativa com sílabas leves e quando confrontados os resultados obtidos perante a estrutura silábica VGS: perante os restantes tipos silábicos ($=\sigma_H$), os resultados mostraram sempre uma clara preferência por um dos dois tipos de resposta.

Esta preferência, prosseguindo na observação exclusivamente das respostas obtidas no processamento de estímulos monossilábicos, é a seguinte:

- nas sílabas (pesadas) VC, VG e VGS (neste último caso, sem que as diferenças entre as oralizações dos dois tipos sejam estatisticamente significativas), *sigla* predomina estatisticamente sobre *acrônimo* (o que não está de acordo com a Hipótese A);

- nas sílabas (também pesadas) CVC, CVG, CVGS, CCVC, CCVG e CCVGS, *acrônimo* predomina estatisticamente sobre *sigla*, o que poderia, em sentido contrário, ser aqui interpretado como uma confirmação dessa mesma hipótese.

Continuando a restringir a nossa observação aos estímulos monossilábicos somente, devemos ainda sublinhar que o tipo silábico que obtém a quantidade mais elevada de oralizações como *siglas* é o tipo VC, uma *sílabas pesada* – que, de acordo com a Hipótese A, deveria suscitar um número superior de oralizações acronimizantes.

Estímulos dissilábicos e trissilábicos

Quanto aos dissílabos e trissílabos, note-se que a estratégia seguida na maior parte das fonetizações dos sujeitos é a acronímia (vide Tabela 1), o que parece confirmar a Hipótese C deste estudo. Para cada tipo silábico, o número médio de fonetizações de tipo *acrônimo* é sempre estatisticamente mais elevado do que as fonetizações de tipo *sigla* (com a única exceção do dissílabo em que $\{\sigma_1 = VG\}$, que regista também maiores fonetizações em acronímia, embora a diferença destas para as fonetizações como *sigla* não seja estatisticamente significativa).

Em nossa opinião, estes resultados necessitam de algum aprofundamento futuro: mais dados, obtidos com um número maior de sujeitos, trar-nos-iam uma imagem mais nítida das variáveis em jogo.

Não obstante, podemos tecer alguns comentários mais gerais. Em primeiro lugar, podemos dizer que o efeito do peso silábico não parece ser inteiramente claro e determinante quando toca a avaliar bons e maus candidatos ao estatuto de palavra em português europeu: monossílabos pesados são frequentemente articulados como *siglas* (ver resultados com monossílabos CV e VG, por exemplo), o que não é inteiramente elucidativo quanto a uma desejável confirmação/refutação da Hipótese A. Por outro lado, monossílabos leves não mostraram uma tendência sistematicamente clara quanto à sua produção como *siglas*, ao invés do que era previsto pela Hipótese B: em CV predomina, com efeito, a oralização como *sigla*, mas tal não se verifica em CCV. Nas comparações entre os dois tipos de resposta, os resultados obtidos não foram estatisticamente significativos.

Assim, e numa primeira observação de confronto dos resultados com as hipóteses experimentais, a única de tais hipóteses que nos parece de alguma forma confirmada é a Hipótese C, já que, perante estímulos com duas ou mais sílabas, os sujeitos do estudo mostram uma clara preferência pela produção de *acrônimos* em vez da de *siglas*.

Em face desta primeira observação – que não autoriza uma refutação ou confirmação clara das Hipóteses A e B, legitimando contudo uma aceitação minimamente segura da Hipótese C –, poderíamos, neste momento, ver neste aspeto particular do comportamento dos sujeitos do estudo uma evidência empírica bastante interessante em favor da proposta de McCarthy; Prince (1995) tal como encontrada em (1b), segundo a qual, nas línguas sem oposições quantitativas (como é o caso do PE), a CM se rege pelo número de sílabas da palavra e não pelo peso silábico.

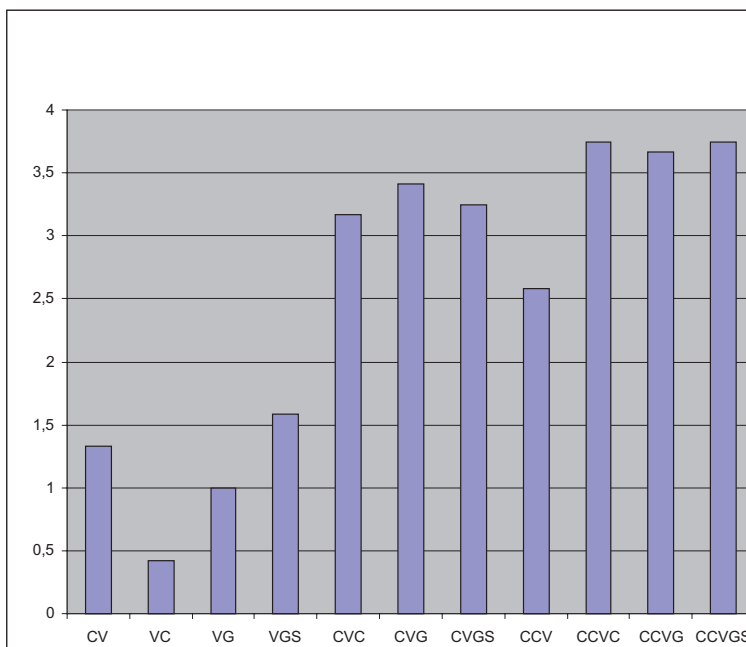
No entanto, esta primeira avaliação deve ainda ser completada por uma análise mais atenta de alguns aspetos particulares dos nossos dados, procurando dar uma resposta mais cabal ao processamento dos estímulos monossilábicos, não suficientemente concordantes com a revisão teórica nem com as hipóteses desenvolvidas e apresentadas anteriormente. Entre tais dados, um aspeto que nos parece particularmente digno de nota e que emerge dessa mesma observação mais cuidadosa dos resultados é o que passamos a explicitar.

Referimo-nos à regularidade, muito interessante e muito sugestiva, relativamente a um possível efeito da extensão mínima da palavra potencial em PE – *medida, contudo, em número de segmentos (e não em peso silábico ou em número de sílabas)* – e que explicaria de forma minimamente sistemática e regular a preferência, relativamente a estímulos monossilábicos, por um dos dois tipos de oralização contemplados pela pesquisa efetuada. Os dados deste estudo permitem-nos observar que *o CF dos sujeitos falantes nativos do PE conduz preferencialmente a uma oralização como acrónimos de cadeias fonéticas com três ou mais segmentos (independentemente de se distribuírem por uma ou duas sílabas e do peso silábico associado à ramificação de uma rima única), e a uma oralização preferencial como siglas de cadeias fonéticas com apenas dois segmentos, independentemente de estas cadeias darem origem a sílabas leves ou pesadas*. De acordo com a interpretação aqui proposta, é nesta restrição – de carácter eminentemente linear – que residirá a explicação para que estímulos como “BLO” e “PRU”, p. ex., correspondentes a monossílabos leves, tenham recolhido um maior número de realizações como acrónimos do que como siglas (tendo sido lidos maioritariamente como [blo] e [pru], respetivamente), ao contrário do que era previsto pela Hipótese B, e que, correspondentemente, estímulos como “AU” e “EI”, correspondentes a monossílabos pesados, tenham sido mais frequentemente oralizados como siglas ([‘a’u], [‘e’i]) do que como acrónimos, ao contrário do previsto pela Hipótese A.

A Figura 1, que de seguida apresentamos, contemplando as respostas obtidas somente perante as 40 pseudoabreviações monossilábicas contidas no material linguístico processado pelos sujeitos experimentais, ilustra, a nosso ver, o incremento do número de oralizações como acrónimos à medida que aumenta o número de segmentos na ordem linear dos estímulos apresentados: estímulos com dois segmentos (CV, VC, VG) apresentam médias de produção como acrónimos sempre inferiores a 1,5 produções no total das recolhas obtidas; estímulos com três ou mais segmentos apresentam valores deste índice muito superiores (mesmo no caso do único tipo silábico

correspondente a sílaba leve dentro deste segundo conjunto: CCV, embora apresente um número médio de oralizações acronimizantes menor relativamente a outros estímulos com três ou mais segmentos, apresenta valores desta modalidade de produção muito superiores aos registados para os monossílabos, leves ou pesados, constituídos por apenas dois segmentos).

Figura 1 – Número médio de respostas de oralizações das pseudoabreviações *monossilábicas* como **acrónimos**



Fonte: elaboração própria.

Poder-se-ia assim postular uma Condição de Minimalidade muito própria e específica do PEC, diretamente relacionada com o número de segmentos da palavra e não com o peso silábico, tal como propomos em (8).

- (8). Condição de Minimalidade em Português Europeu Contemporâneo
 PEC: {ExtPMínSg $\geq$ 3}
 ExtPMínSg=Extensão Mínima da Palavra Medida em Número de Segmentos

Esta restrição, resumidamente e conforme expusemos nos parágrafos antecedentes, fornecer-nos-ia explicações a nosso ver minimamente satisfatórias para resultados do estudo como os seguintes:

- 1 - Os dissílabos e trissílabos são fonetizados, com grande regularidade, como acrónimos e não como siglas (conforme já previsto pela própria Hipótese C e admitido pela formulação da CM de McCarthy; Prince (1995) encontrada em (1b));
- 2 - Os monossílabos formados por dois segmentos apenas, independentemente do peso silábico, são preferencialmente produzidos como siglas (vd. Tabela 1 e Figura 1);
- 3 - Os monossílabos com três ou mais segmentos são maioritariamente produzidos como acrónimos, independentemente também do peso silábico (*ibidem*).

Uma formulação como a que acabamos de propor não explica cabalmente, é certo, a presença de palavras constituídas por uma só sílaba leve no léxico do PEC, como as exemplificadas na primeira coluna do quadro 1. Com efeito, perante as considerações atrás reunidas, podemos legitimamente perguntar-nos como é que, desrespeitando a restrição proposta em (8), elas são aceites, ainda assim, como palavras da língua. Não esquecendo que uma tarefa tão simples e circunscrita como a oralização de acrónimos não pode ter a pretensão de explicar de modo inteiramente categórico e definitivo uma questão tão fulcral da fonologia do português – cuja investigação carece de desenvolvimento com recurso a outras metodologias e a outros estudos, naturalmente –, reservaremos um comentário sucinto a este tipo de casos.

Em primeiro lugar, recordaremos que tais palavras correspondem – conforme é sublinhado por autores que citámos anteriormente a respeito da mesma questão – a um número relativamente reduzido de palavras do léxico do português, podendo ser explicadas, de uma forma um tanto simplificada, mas em concordância com posições como as de Vigário (2003) e Booij (2004), por exemplo como *exceções* à CM na língua.

Por outro lado, torna-se interessante verificar que muitas destas palavras descendem historicamente de dissílabos latinos ou medievais (originalmente em concordância com (2) ou mesmo com (8), portanto), resultando frequentemente da contração de vogais heterossilábicas, como sucede nos casos de *mala*>*maa*>*má*, *fede*>*fee*>*fê*, *pala*>*paa*>*pá*, *pede*>*pee*>*pé*, *nu*>*nuu*>*nu*, *dolu*>*doo*>*dó*, *solum*>*soo*>*só* (etimologias confirmadas em MACHADO, 1977).

Aceitando explicações como a de Brandão de Carvalho (1988; 2011), a manutenção de um grau de sonoridade vocálica mais elevada na sílaba – tornando-a, p. ex., imune a fenómenos de redução vocálica (em formas como *pegada* ([pe'gade], *[pi'gade]), p. ex.) – seria um resquício desse peso silábico não inteiramente perdido e hipoteticamente conservado, até certo ponto, nas correspondentes formas subjacentes destes vocábulos. Como tal, não seria de excluir, teoricamente, que estes monossílabos pudessem preservar, na sua forma subjacente, uma estrutura abstrata que mantivesse o peso silábico (exemplos: *pé*=/pe/_{σH}, *má*=/ma/_{σH} – com peso silábico (σ_H) salvaguardado pela maior sonoridade vocálica, de acordo com Brandão de Carvalho, 2011, p.59) ou mesmo a presença de três segmentos (*nu*=/nuu/, *dó*=/doo/), recuperáveis em derivações morfológicas como *desnudo*, *dolorido*, etc. Uma conjectura como esta tornaria estas palavras mais compatíveis com as diversas interpretações da CM analisadas no presente estudo, evitando-se desse modo o recurso de certa forma *ad hoc* ao seu carácter

excecional. No entanto, reiteramos que estas palavras correspondem, conforme foi afirmado anteriormente, a casos particulares que não foram devidamente aprofundados neste estudo.

Conclusões finais

Com base nos dados coligidos e discutidos no presente estudo e tendo presentes as limitações apontadas, julgamos ser possível extrair algumas observações finais que pretendem dar resposta às hipóteses de partida do estudo empírico, bem como às restantes questões de investigação que foram sendo levantadas ao longo do nosso trabalho.

Uma primeira conclusão consiste na defesa de que *o PEC conhece, de facto, uma restrição de minimalidade* a que a quase totalidade das suas entradas lexicais está sujeita.

Contrariamente ao entendimento mais corrente acerca da parametrização da CM nesta e noutras línguas, porém, e segundo os dados e os argumentos avançados no presente artigo, a CM em PEC não é explicitamente definida ou parametrizada nem em termos de peso silábico, nem de número mínimo de sílabas: no estágio atual da língua, a CM parece ser condicionada essencialmente por um parâmetro de natureza linear e independente desses dois – o número de segmentos da palavra. Propomos, neste trabalho e em face dos resultados obtidos e analisados, que em PEC são boas candidatas ao estatuto de palavra as cadeias fonéticas com três ou mais segmentos, independentemente do peso silábico e do número de sílabas que correspondam a tais combinações. O comportamento dos nossos sujeitos experimentais perante a oralização de candidatos a palavras como as pseudoabreviações em teste de leitura mostram uma tendência com um mínimo de robustez estatística para que possamos aceitar, em nosso entender, tal proposta. Como sublinhámos em diversas passagens do texto, esta proposta de CM para o português constitui uma perspetiva de certa forma original, mormente por se afastar do entendimento mais geral que relaciona a CM com o peso silábico e/ou com o número de sílabas das palavras, conforme diversos autores e conforme as formulações mais correntes desta restrição fonológica (como a de McCarthy e Prince (1995) – vd. (1)).

Uma outra conclusão a que nos parece possível chegar no final deste estudo sugere-nos que, como muitas outras propriedades fonológicas da gramática, também a parametrização da CM parece estar sujeita à variação diacrónica. A proposta de uma CM como a que defendemos para o PEC ($|\text{PEC}|: \{\text{ExtPMinSg} \geq 3\}$ – vd. (8)) não será a mesma que considerámos porventura produtiva em PM ($|\text{PM}|: \{\omega \geq \sigma_H\}$ – vd. (2)), muito mais sensível ao peso silábico.

Torna-se necessário realçar, nestas observações finais, que a aparente desvalorização do peso silábico como critério central para a CM do PEC não pressupõe, da nossa parte, a defesa da sua irrelevância para a fonologia do português europeu. A conclusão

de que ele parece, *no estágio atual da língua*, pouco produtivo em termos de fixação da CM prende-se unicamente com a verificação de que os monossílabos com um mínimo de três segmentos, sejam leves (com ataque ramificado e rima não ramificada, como “BLO”, “PRI” ou “CLA”) ou pesados (com rima ramificada, como “EUS” ou “OIS”), são preferencialmente produzidos como acrônimos, estabelecendo um contraste com o processamento de monossílabos formados por apenas dois segmentos, preferencialmente oralizados como siglas (também independentemente do seu peso silábico). A outros níveis, como a atribuição do acento, p. ex., os argumentos em favor do peso silábico como propriedade fonológica produtiva parecem-nos, à luz dos argumentos revistos de forma muito genérica em 2.2.1 (e de acordo com propostas como as de Brandão de Carvalho (1988; 1989; 2011) ou Wetzels (2007)), totalmente justificados – embora esta questão não tenha constituído sequer objeto de estudo e reflexão no presente trabalho.

Quatro questões mais específicas que, a nosso ver, ficam por explorar mais aprofundadamente ou mesmo por sujeitar a investigação no presente estudo são as que passamos a enumerar, terminando assim o texto do artigo com um conjunto de tópicos para desenvolvimento futuro. O estudo mais avisado de cada uma destas questões ter-nos-ia exigido a adoção de questões e métodos de pesquisa muito particulares e especificamente desenhados para cada qual, que só depois de uma abordagem mais global às questões de partida que nos moveram no presente estudo nos pareceria possível prosseguir. Por essa razão, não foi concedido especial destaque ou o necessário aprofundamento aos casos seguintes:

- processamento de pseudoabreviações que pudessem apresentar um comportamento prosódico semelhante ao dos clíticos;
- palavras correspondentes a monossílabos leves constituídos à superfície por dois segmentos apenas (aparentemente abaixo, portanto, de qualquer CM, medida pelos parâmetros mais consensualmente adotados para esta restrição ou pelo que é proposto no presente estudo), para as quais levantámos algumas pistas de exploração futura no final da secção de discussão de resultados mas que carecem de aprofundamento futuro;
- oralização das cadeias fonéticas que, embora respeitando alguma parte importante das principais restrições fonotáticas do português, violam parcialmente algumas dessas regras, designadamente a ocorrência em coda silábica de segmentos em princípio excluídos dessa posição prosódica. Referimo-nos aos casos como os do conjunto C2 da coluna C do Quadro 4 (FENPROF, REN, p. ex.);
- oralização de pseudoabreviações potencialmente terminadas em segmento nasal, que deliberadamente excluímos do *corpus*, tal como fizemos notar em passagens anteriores do texto.

VELOSO, J. The minimal word in European Portuguese: the oralization of abbreviated forms. *Alfa*, São Paulo, v.61, n.1, p.133-168, 2017.

- *ABSTRACT: The phonological constraints that define which phonetic chains are eligible to become a word in a given language generally include a Minimality Condition (MC). MC imposes a minimum of phonological substance that must be included by any single word of the language. Traditionally, CM is measured in terms of syllable weight or syllabic extension of the word. It has been much debated whether MC corresponds to a truly universal constraint; as for Portuguese, previous studies have been conflicting between the acceptance and the refusal of its operationality in the phonology of the language. In this study, we will assess the functionality of MC for the building of Portuguese lexical entries by means of observing the oralization of abbreviations. This is assumed here as a word-productive process in Portuguese. Based upon an experimental study with a group of native speakers of Contemporary European Portuguese (CEP), we conclude (i) that MC is an operative constraint in the phonology of Portuguese, and (ii) that its defining criterion is purely linear and segmental. According to our proposal, MC is respected in CEP when a phonetic chain contains a minimum of three segments, regardless of syllable weight and syllabic extension.*
- *KEYWORDS: Minimality Condition. Syllable Weight. Word. Wordiness Constraints. Well-formedness.*

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. Truncamento e Reduplicação no Português Brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.2, p.61-90, 2002.

ARONOFF, M. **Word Formation in Generative Grammar**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1976.

ARONOFF, M.; FUEDEMAN, K. **What is Morphology?** Malden MA: Blackwell, 2005.

BISOL, L. O Clítico e o seu Status Prosódico. **Revista de Estudos de Linguagem**, Belo Horizonte, v.9, n.1, p.5-30, 2000.

_____. Mattoso Câmara Jr. e a palavra prosódica. **DELTA**, São Paulo, v.20, p.59-70, 2004.

_____. A palavra fonológica pós-lexical. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Org.). **A Palavra. Forma e Sentido**. Campinas: Pontes, 2007. p.13-22.

BOOIJ, G. The morphology-phonology interface in European Portuguese. Review article of M. Vigário, The Prosodic Word in European Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v.3, n.1, p.175-182, 2004.

BRANDÃO DE CARVALHO, J. Réduction vocalique, quantité et accentuation: pour une explication structurale de la divergence entre portugais lusitanien et portugais brésilien. **Boletim de Filologia**, Lisboa, v.XXXII, p.5-26, 1988.

_____. Phonological conditions on Portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. **Linguistics**, Berlin, v.27, p.405-436, 1989.

_____. Contrastive hierarchies, privative features, and Portuguese vowels. **Linguística**, Porto, v.6, n.1, p.51-66, 2011.

CHACON, L. Constituintes prosódicos e letramento em segmentações prosódicas não-convencionais. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.39, n.3, p.223-232, 2004.

CORREIA, M.; LEMOS, L. S. P. **Inovação lexical em português**. Lisboa: Colibri/Associação de Professores de Português, 2005.

CUNHA, A. P. As segmentações não convencionais da escrita inicial: um estudo sobre o troque silábico e a sua relação com o ritmo linguístico do PB e do PE. **Linguística**, Porto, v.7, n.1, p.45-63, 2012.

ELORDIETA, G. The Word in Phonology. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; MENDÍVIL-GIRÓ, J.-L. (Org.). **To be or not to be a Word. New Reflections on the Definition of Word**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p.6-65.

ENNAJI, M. Aspects of cliticization in Arabic. In: ENNAJI, M. (Org.). **La variation linguistique: des faits aux théories**. Fès: Université Sidi Mohamed Ben Abdellah/Faculté des lettres et des sciences humaines, 2000. p.98-118.

FERREIRA, M. L. S. **Contributos para uma definição de palavra fonológica**. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2012.

GERLACH, B.; GRIJZENHOUT, J. (Org.). **Clitics in phonology: morphology and syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 2000.

GORI, B. **La grammatica dei clitici portoghesi**. Firenze: Firenze University Press, 2007.

HALLE, M. Prolegomena to a theory of word formation. **Linguistic Inquiry**, Cambridge MA, v.4, n.1, p.3-16, 1973.

HASPELMATH, M. The indeterminacy of word segmentation and the nature of morphology and syntax. **Folia Linguistica**, Berlin, v.45, n.1, p.31-80, 2011.

_____. How to compare major word-classes across the world's languages. In: GRAF, T. et al. (Org.). **Theories of everything: in honor of Edward Keenan**. UCLA Working Papers in Linguistics 17. Los Angeles CA: UCLA, 2012a. p.109-130.

_____. Escaping ethnocentrism in the study of word-class universals. **Theoretical Linguistics**, Berlin, v.38, n.1-2, p.91-102, 2012b.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; MENDÍVIL-GIRÓ, J.-L. Introduction. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; MENDÍVIL-GIRÓ, J.-L. (Org.). **To be or not to be a Word. New Reflections on the Definition of Word**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p.1-5.

JONES, D. The 'word' as a phonetic entity. *Le Maître Phonétique*, Bourg-La-Reine, v.36, p.60-65, 1931. Reproduzido in: JONES, W. E.; LAVER, J. (Org.). **Phonetics in Linguistics. A Book of Readings**. London: Longman, 1973. p.154-158.

JUILLAND, A.; ROCERIC, A. **The linguistic concept of word**: Analytic bibliography. The Hague: Mouton, 1972. Cit. por HASPELMATH, M. The indeterminacy of word segmentation and the nature of morphology and syntax. **Folia Linguistica**, Berlin, v.45, n.1, p.31-80, 2011.

JULIEN, M. Word. In: BROWN, K. et al. (Org.). **Encyclopedia of Language and Linguistics**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2006. v.13, p.617-624.

KIPARSKY, P. Some Consequences of Lexical Phonology. **Phonology Yearbook**, Cambridge, v.2, p.82-136, 1985.

KRÁMSKÝ, J. **The Word as a Linguistic Entity**. The Hague: Mouton, 1969.

LAUSBERG, H. **Linguística Românica**. 2. ed. Tradução de Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 [1963].

MACHADO, J. P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 5 vols. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H.; FROTA, S.; MATOS, G.; OLIVEIRA, F.; VIGÁRIO, M.; VILLALVA, A. **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATEUS, M. H.; D'ANDRADE, E. **The Phonology of Portuguese**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MCCARTHY, J. J.; PRINCE, A. S. Prosodic Morphology. In: GOLDSMITH, J. A. (Org.). **The Handbook of Phonological Theory**. Cambridge, MA: Blackwell, 1995. p.318-366.

MENDES, A. Processos de gramaticalização. In: PAIVA RAPOSO, E. B. et al. (Org.). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v.I, p.249-293.

NESPOR, M. The phonology of clitic groups. In: VAN RIEMSDIJK, H. (Org.). **Clitics in the languages of Europe**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999. p.865-887.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic Phonology. With a new foreword.** Berlin: Mouton De Gruyter, 2007.

NUNES, J. J. **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa. Fonética e Morfologia.** 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1956.

PEREIRA, M. I. P. **O acento de palavra em português. Uma análise métrica.** 286 f. Dissertação (Doutoramento em Linguística) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999.

_____. Processos de construção não concatenativa. In: RIO-TORTO, G. et al. **Gramática Derivacional do Português.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p.463-491.

PLÉNAT, M. Observations sur le mot minimal français. L'oralisation des sigles. In: LAKS, B.; PLÉNAT, M. (Org.). **De natura sonorum. Essais de phonologie.** Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 1993. p.143-172.

ROCA, I. M. Stress in the Romance languages. In: VAN DER HULST, H. (Org.). **Word Prosodic Systems in the Languages of Europe.** Berlin: Mouton De Gruyter, 1999. p.659-811.

_____. **Introdução à Morfologia.** São Paulo: Contexto, 2006.

SADIQI, F. Issues in Berber cliticization. In: ENNAJI, M. (Org.). **La variation linguistique: des faits aux théories.** Fès: Université Sidi Mohamed Ben Abdellah/ Faculté des lettres et des sciences humaines, 2000. p.119-151.

SILVA, R. V. M. e. **O Português Arcaico. Uma Aproximação.** 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

TENANI, L. Segmentações não-convencionais e teorias fonológicas. **Letras de Hoje,** Porto Alegre, v.39, n.3, p.233-244, 2004.

ULRICH, C. W. **A noção de palavridade na concepção de falantes do português brasileiro.** 101 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VAN OOSTENDORP, M. Italian s-voicing and the structure of the phonological word. In: HANNAHS, S. J.; DAVENPORT, M. (Org.). **Issues in phonological structure.** Amsterdam: John Benjamins, 1999. p.195-212.

VAN RIEMSDIJK, H. (Org.). **Clitics in the languages of Europe.** Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

VELOSO, J. Découpage de continuums phonétiques en mots: Critères formels vs. indices substantiels. In: CROUZET, O.; TIFRIT, A.; ANGOUJARD, J.-P. (Org.).

Actes des 6.èmes Journées d'Etudes Linguistiques. Nantes: Université de Nantes, 2009. p.85-90.

_____. Rimes/VGNS/en position finale de mot en portugais: Une contrainte «sensible au mot». In: ILIESCU, M.; SILLER-RUNGALDIER, H. M.; DANLER, P. (Ed.). **Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes.** Berlin: De Gruyter, 2010. v.II, p.231-240.

_____. Unidades acentuais proparoxítonas e grupos clíticos em Português. In: COSTA, A.; DUARTE, I. (Org.). **Nada na linguagem lhe é estranho.** Homenagem. Isabel Hub Faria. Porto: Afrontamento, 2012. p.471-483.

_____. Prosodisation des complexes « mot phonologique+clitique(s) » : groupes accentuels proparoxytons et groupes clitiques en portugais. In : TIFRIT, A. (Dir.). **Phonologie, morphologie, syntaxe.** Mélanges offerts à Jean-Pierre Angoujard. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013. p.233-244.

_____. ***Verba Manent.* A palavra como unidade pertinente para a descrição linguística do português e de outras línguas flexionais.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

VIGÁRIO, M. Elisão da vogal não-recuada final e a palavra prosódica no português europeu. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 1997. **Actas.** Lisboa: APL/Colibri, 1998. p.359-376.

_____. **The Prosodic Word in European Portuguese.** Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

_____. O lugar do Grupo Clítico e da Palavra Prosódica Composta na hierarquia prosódica: uma nova proposta. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 2006. **Textos Seleccionados.** Lisboa: APL/Colibri, 2007. p.673-688.

_____. Prosodic structure between the Prosodic Word and the Phonological Phrase: recursive nodes or an independent domain? **The Linguistic Review,** Berlin, v.27, n.4, p.485-530, 2010.

VIGÁRIO, M.; FERNANDES-SVARTMAN, F. A atribuição tonal em compostos no Português do Brasil. In: BRITO, A. M.; SILVA, F.; VELOSO, J.; FIÉIS, A. (Org.). **XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados.** Porto: Associação Portuguesa de Linguística, 2010. p.769-786.

VIGÁRIO, M.; MARTINS, F.; FROTA, S. Frequências no Português Europeu: a ferramenta FreP. In: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (Org.). **Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística.** Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2005. p.897-908.

VILLALVA, A. **Morfologia do Português.** Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

_____. Palavras, que as há. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.125-139, 2012.

VOGEL, I. Subminimal constituents in prosodic phonology. In: HANNAHS, S. J.; DAVENPORT, M. (Org.). **Issues in phonological structure**. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p.249-267.

WETZELS, L. Primary Stress in Brazilian Portuguese and the Quantity Parameter. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v.5/6, p.9-58, 2007.

WILLIAMS, E. B. **Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa**. Tradução de A. Houaiss. 3.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975 [1938].

Anexo 1

Principais abreviaturas e símbolos utilizados no texto

C = Consoante/Contoide CF = Conhecimento Fonológico CM = Condição de Minimalidade DP = Desvio-Padrão ExtPMínSg = Extensão Mínima da Palavra Medida em Número de Segmentos G = Glide GPF = Grupo de Palavra Fonológica Lat. = Latim PE = Português Europeu PEC = Português Europeu Contemporâneo	PM = Português Medieval S = Fricativa Coronal Sub-Especificada V = Vogal/Vocoide σ_H = Sílabas Pesadas σ_L = Sílabas Leves ω = Palavra Fonológica
---	---

Fonte: elaboração própria.

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em novembro de 2015